Edição Especial

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

informa

Ano III - nº 10 - Palmas - Tocantins - fevereiro de 2008

2006/2007

Um biênio de vitórias

O governador Marcelo Miranda inaugurou uma nova trajetória na Procuradoria-Geral do Estado e na carreira dos procuradores, cujo marco inicial deu-se com o reconhecimento e o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal devolvendo aos salários dos procuradores o que lhes fora retirado indevidamente por outro governo.

Como forma de valorizar os procuradores, o governador do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa uma Proposta de Emenda Constitucional, estabelecendo que, a partir do último dezembro, o cargo de procurador-geral só poderá ser ocupado por um procurador de carreira.

É bem verdade que, nos últimos dois anos, a PGE tem experimentado grandes transformações, a começar pela mudança para uma sede nova, moderna e bem equipada. Depois e muito mais importante, houve a realização do segundo concurso público para procurador do Estado, elaborado por instituição especializada, cuja posse aconteceu em dezembro passado e onde 19 procuradores já estão em exercício, o que, certamente, fortaleceu o quadro da PGE.

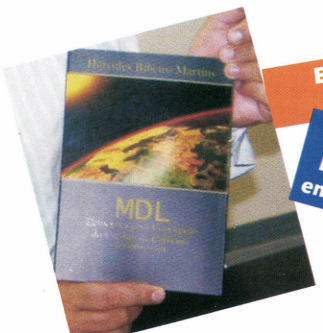
Quando falamos de procuradoria forte, obrigatoriamente, deve-se entender que estamos nos referindo à remuneração compatível com a responsabilidade do cargo e em consonância com os preceitos constitucionais - independência, condições dignas de trabalho - que passa também pela capacitação e valorização dos servidores do órgão, com observância dos direitos e prerrogativas assegurados pela Lei Orgânica, assim como um número de procuradores suficiente para atender à demanda do Estado, sempre crescente.

Vale registrar que todas essas conquistas só foram possíveis graças ao empenho do atual gestor Hércules Ribeiro Martins e, principalmente, à sensibilidade do governador Marcelo Miranda.

Oportunidades de aperfeiçoamento para membros e servidores. Este é o foco do Centro de Estudos Pág. 2

Procuradoria com quadro renovado Pág. 3

2007 de muito trabalho e conquistas na PGE. Págs. 4 e 5



ELEMENTOS PARA CONCEPÇÃO DO CRÉDITO DE CARBONO?

Aquecimento Global?
Esclareça suas dúvidas sobre o tema em entrevista exclusiva nas págs. 6 e 7

Centro de Estudos: Dinâmico e ativo

O Centro de Estudos é direcionado ao aprimoramento dos procuradores e servidores da PGE. "Nesta perspectiva, oferecer a maior gama possível de oportunidades de aperfeiçoamento, capacitando nosso pessoal para que cada vez mais se firme como quadro de excelência da Administração Pública Tocantinense, é um dos objetivos desta gestão", afirma Ana Keila Martins Barbiero Ribeiro (foto), coordenadora do órgão.

Com esta atribuição, o CE viabilizou, em 2007, quatro cursos de pós-graduação para os procuradores da Casa. Realizados pela Unitins, doze procuradores estão se especializando em direito eleitoral, público e tributário, administrativo e constitucional e direito civil e processo civil.

Intercâmbio profissional - Com o tema A Descoberta de Novos Caminhos - Justiça para um Novo Mundo -, foi realizado, em outubro de 2007, no Estado da Bahia, o 33º Congresso Nacional de Procuradores de Estado. Vinte e um procuradores da PGE do Tocantins estiveram presentes no tradicional e concorrido evento.

Além de ser uma ótima oportunidade para a troca de experiências e estudos, no congresso, os procuradores tocantinenses participaram de debates com juristas renomados. Entre os temas abordados e de grande repercussão na atualidade, na pauta das discussões, estiveram as parcerias público-privadas, cobrança de crédito tributário, Lei de Execuções Fiscais, normas gerais de licitação, federalismo fiscal, atuação do poder público e a proteção do meio ambiente.

A partir das experiências adquiridas no congresso, os procuradores puderam e podem traçar novas formas de trabalho para o Estado, pontuou a procuradora Ana Keila. "Foi uma excelente oportunidade para nós que atuamos na Administração Pública", revelou.

Concurso - O concurso público para procurador do Estado foi considerado um marco para a categoria. Aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado, o certame destacou-se pela lisura e eficiência. A realização ficou a cargo da Fundação de Apoio à Pesquisa Ensino e Assitência (Funrio), juntamente com a comissão organizadora da PGE, presidida pela procuradora Ana Keila e auxiliada pelas procuradoras Fernanda Panno e Rosanna Albuquerque (foto).

Um total de 1.155 candidatos se inscreveram e a concorrência ficou em torno de 57,75 pessoas por vaga.

Outro fator preponderante é que, desde a criação do Estado, este foi o segundo concurso realizado para atender a demanda do Órgão. O primeiro foi há mais de dez anos. "Como o primeiro e único concurso havia sido em 1994, fez-se necessária a realização de novo concurso para suprir a carência do Estado", frisou Ana Keila.

Criadas novas procuradorias

Meio Ambiente

Teotônio A. Neto

A partir da Constituição Federal de 1988, a questão ambiental ganhou relevo, haja vista que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo tratado como bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se, também, ao poder público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art.225), procurando evitar que ocorra degradação em face de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sustentável.

Com base nessa premissa, foi criada, em 2007, a Procuradoria de Meio Ambiente da PGE que cuida da defesa dos interesses do Estado do Tocantins nas causas que envolvem o setor. Não é apenas uma coordenação executora do poder de polícia, em que o Estado exerce a vigilância do acervo ambiental, a unidade trabalha também como gestora de propostas de políticas públicas de assessoramento às secretarias, tanto do Meio Ambiente como do Planejamento.

Entre as inovações para o desenvolvimento desta unidade está, *a priori*, a produção de energia limpa, a partir do biodiesel e do etanol, que também está relacionada com a complexa questão fundiária. Enfim, esta especializada presta assessoramento jurídico em todos os negócios ambientais de interesse público.

Precatórios e Ações Trabalhistas

Josué Amorim

Em função da necessidade de supervisionar o recebimento dos precatórios, formalizando relação atualizada deles; acompanhar o pagamento de débitos de pequeno valor, devidos em razão de sentença judicial transitada em julgado, bem como o pagamento de precatórios, observada a ordem de recebimento da requisição; informar o procurador-geral os valores a serem orçados para fins de pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, é que junho de 2007, foi criada e instalada a Procuradoria de Precatórios e Ações Trabalhistas, que tem como coordenador o procurador Josué Amorim.

Em razão de sua pequena estrutura e das relações originárias com a Procuradoria Judicial, a especializada realizou atuações conjuntas no acompanhamento de audiências, produziu defesas e recursos nos processos envolvendo interesse do Poder Judiciário, além de acompanhar os julgamentos no

Novos procuradores são empossados

O governador Marcelo Miranda deu as boas-vindas a 18 dos 20 novos procuradores do Estado, aprovados no último concurso público que teve início em julho e foi homologado em novembro deste ano. Em solenidade no Palácio Araguaia, os procuradores tomaram posse no último dia 20 de dezembro. Em seu discurso, o governador enfatizou que o Tocantins está fortalecendo sua estrutura democrática, assegurando a todos os cidadãos o pleno funcionamento do Estado. "Ganhamos servidores capacitados que vêm para consolidar a democracia no Tocantins. Com a chegada desses novos procuradores, esperamos imprimir agilidade ainda maior no cuidado e zelo pelos interesses do Estado", afirmou.

Para o procurador-geral, Hércules Ribeiro Martins, o concurso veio dinamizar a atuação da PGE. "O governador Marcelo Miranda possibilitou a reestruturação da carreira de procurador, o que melhorou a prestação dos nossos serviços", enfatizou.

Já empossada, a nova procuradora, Agripina Moreira, destacou, em nome dos demais colegas, que a posse foi uma realização profissional. "Me sinto muito feliz em poder contribuir para a melhoria do atendimento no Tocantins", afirmou ela, que é natural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e atua como advogada há dez anos.

Os novos procuradores estão lotados em Palmas, nas especialidades das procuradorias Administrativa, Fiscal e Tributária, Judicial, Precatórios e Ações Trabalhistas, Meio Ambiente, Assessoria Especial e Gabinete. Eles entraram em exercício no dia 2 de janeiro.

Os procuradores do Estado têm como principal atribuição representar judicial e extrajudicialmente o Estado, incluindo os órgãos da administração direta e indireta, prestar orientação jurídica e zelar pela legalidade e moralidade dos atos do Poder Executivo.

Empossados

- Agripina Moreira
- Ana Catharina França de Freitas
- Ana Flavia Ferreira Cavalcante
- André Luiz de Matos Gonçalves
- Draene Pereira de Araújo
- Elfas Cavalcante Lustosa Aragão Elvas
- Fabiana da Silva Barreira
- Fernando Pessoa da Silveira Mello
- Frederico Cezar Abinader Dutra
- João Cavalcanti Gonçalves Ferreira
- Kledson de Moura Lima
- Lauana Batista Tavares
- Marilia Rafaela Fregonesi
- Murilo Francisco Centeno
- Nivair Vieira Borges
- Patrícia de Alvarenga Xavier
- Paula Souza Cabral
- Rodrigo de Meneses dos Santos
- Silvia Natasha Américo Damasceno

Conquista da PGE

O Governador Marcelo Miranda encaminhou à Assembléia Legislativa, no mês de dezembro, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), modificando o parágrafo 1º do artigo 51 da Constituição Estadual e estabelecendo que o procurador-geral do Estado seja nomeado livremente pelo governador, dentre os procuradores de carreira, e que apresente idade superior a 35 anos e possua notável saber jurídico e reputação ilibada.

De acordo com a justificativa da alteração, o objetivo é valorizar os procuradores efetivos da Procuradoria-Geral, concedendo igualdade na concorrência da vaga, com a observância dos pré-requisitos exigidos para o cargo.

A PEC é, sem dúvida, outra grande conquista da categoria, principalmente, por reconhecer o trabalho da classe.

Antes da PEC, o cargo de procurador-geral poderia ser exercido por um advogado, sem a obrigatoriedade de pertencer ao quadro da PGE.

Bala

PGE multiplica ações

Chefia de Gabinete

Rosanna Albuquerque

Tendo como missão substituir e representar o procurador-geral, auxiliá-lo em suas tarefas, preparar e encaminhar o expediente, bem como desempenhar outros trabalhos compatíveis com suas atribuições legais, a chefia de gabinete da PGE, em 2007, contribuiu para a consecução do princípio constitucional de eficiência nos serviços públicos.

Além das atividades administrativas desenvolvidas pelo setor, tais como: atendimento e informações acerca do andamento de processos, foram emitidos pareceres e respostas às consultas formuladas pelos diversos órgãos da administração direta, indireta e fundacional do Estado; coordenada uma equipe que atuou em sintonia com as ações de todas as especializadas; autorizados os deslocamentos dos procuradores para outras localidades, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado; providenciada a divulgação de portarias, notas técnicas, ordens de serviços e demais atos emanados do procurador-geral e despachados expedientes e processos internamente e para os demais órgãos e entidades públicas, de ordem do procurador-geral.

Corregedoria

Haroldo Rastoldo

A atuação da Corregedoria, em 2007, não se limitou às suas atribuições legais, expandindo-se para o desenvolvimento de contato institucional, apoio às diversas procuradorias especializadas, sempre por ato de designação específica do procurador-geral do Estado.

Dentre os atos, pode-se destacar o apoio jurídico em representação no Ministério Público Estadual, quando acionado em várias ações decorrentes do concurso público realizado por aquele Órgão; confecção de defesa, escrita e oral, acompanhamento de todas as autoridades estaduais junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; apoio na realização de defesa, recurso, orientação especializada junto à Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins.

Este foi um ano de muitas lutas e vitórias em que a Corregedoria buscou realizar todas as suas missões legais e apoiar o gabinete, sempre que solicitada.

Procuradoria do Patrimônio Imobiliário

Henrique Auerswold

Representando o Estado em processos e ações de qualquer natureza, em que o objetivo principal verse sobre o patrimônio imobiliário, esta unidade, durante 2007, emitiu pareceres normativos, propôs ações discriminatórias; opinou sobre contratos de alienação, aquisição, permissão de uso e cessão de uso de bens imóveis do domínio estadual. Promoveu ainda desapropriações amigáveis ou judiciais, ações demarcatórias, divisórias e discriminatórias de interesse do Estado. Efetuou também trabalhos de regularização de imóveis do Estado, tais como de escolas, ginásios esportivos, parques estaduais, além de se manifestar nos processos de usucapião.

Assessoria Especial

Maria Fernanda

Com estudos e pesquisas, pareceres, avaliações, exposições de motivos, análises e interpretação de atos normativos, a Assessoria Jurídica Especial tem dado suporte técnico ao gabinete do procurador-geral. Em 2007, conforme suas atribuições, fez a revisão de todos os pareceres emitidos pelas procuradorias Administrativa, Fiscal e do Patrimônio Imobiliário; exerceu uma consultoria interna do órgão em matéria de natureza previdenciária; examinou e opinou sobre minutas que foram submetidas à sua apreciação, cujas manifestações foram remetidas para conhecimento e aprovação do procurador-geral. A assessoria também fez a triagem e a distribuição de todos os processos que deram entrada na PGE

ço

em 2007

NO ANO PASSADO, A PROCURADORIA CONSEGUIU GRANDES AVANÇOS POR MEIO DE SUAS ESPECIALIZADAS

Procuradoria Administrativa

Unidade especializada da PGE, a Procuradoria Administrativa emitiu, ao longo do ano de 2007, pareceres sobre questões concernentes ao relacionamento entre a Administração Pública direta e indireta do Estado e os servidores estaduais no tocante a pretensos direitos e vantagens, licenças, pensões, aposentadorias, transferências para a reserva, dentre outros, além de ter realizado análise de contratos de interesse do Estado.

Lívia Tenório

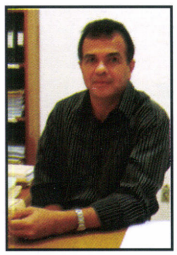
Procuradoria Fiscal e Tributária

Ivanez Campos

Representar e defender o Estado em ações ou processos que versem sobre matéria financeira relacionada com a arrecadação tributária; representá-lo nos processos de inventário, arrolamento e partilha, arrecadação de bens de ausente e herança jacente e promover a cobrança extrajudicial e judicial da dívida ativa do Estado, de qualquer natureza, tributária ou não.

Para bem cumprir as principais atribuições desta especializada, foi efetivada parceria com órgãos da Administração Pública Estadual e Federal, como o Detran, a Adepec e o Incra, atuando de forma integrada com o compartilhamento de cadastros e informações fiscais, a fim de racionalizar custos e carga de trabalho. Outra tarefa foi acompanhar as ações fiscais nas comarcas do interior do Estado, agilizando o andamento dos processos; implantar os sistemas de informatização de confecção de execução fiscal, de controle de prazos processuais, por intermédio da triagem do Diário da Justiça, além de avaliar os relatórios estatísticos.

Procuradoria Judicial


Adelmo Aires

A atuação da Procuradoria Judicial consiste na realização de audiências nas comarcas da Capital e do interior, sustentações orais perante os tribunais, emissão de pareceres, contestações, recursos e propositura de ações que visem recuperar e resguardar o erário; patrocinar judicial e extrajudicialmente os interesses do Estado; elaborar minutas de informações e acompanhar processos de mandado de segurança. A condução dos trabalhos desta especializada tem evitado que o Estado desembolse elevadas quantias no pagamento de possíveis créditos e direitos reclamados em ações judiciais, bem como assegurado a eficácia dos atos administrativos questionados em mandados de segurança em que o governador do Estado, o vice-governador, secretários e demais autoridades da administração direta forem apontados

Procuradoria de Representação Judicial

Em Brasília (DF), a PGE também conta com uma extensão do Órgão, pronta para auxiliar o governo estadual no que lhe é pertinente, que é a Procuradoria de Representação Judicial. Cabe a ela atuar nos processos de interesse do Estado que tramitem nos Tribunais Superiores; dar ciência do andamento e das decisões dos processos à procuradoria de origem. Entre as diversas atividades desenvolvidas em 2007, deve-se destacar o acompanhamento de processos junto aos poderes e aos órgãos e entidades da Administração Pública ali estabelecidos.

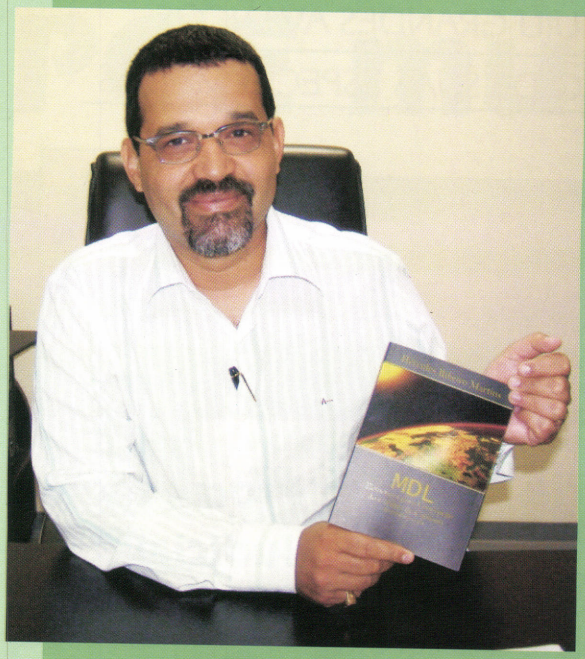
Francisco Oliveira

Coordenação de Administração Geral

Alcides de Oliveira

Durante o ano de 2007, esta coordenação gerenciou, no Setor de Finanças, a entrada e a utilização de créditos. Por meio do Setor de Informática, executou os serviços de informatização, em conjunto com as demais unidades, segundo suas necessidades. Através do Setor de Apoio Administrativo, conservou as instalações e a apresentação visual do Órgão, além de exercer as atividades da recepção, zeladoria, vigilância e copa. Já no Setor de Pessoal, manteve atualizados os dados dos servidores, anotando e gerindo a lotação, férias, folha de pagamento, horário de trabalho e outras ações de interesse dos servidores e da Administração Pública. De acordo com o coordenador da área, procurador Alcides de Oliveira Souza, "foi um ano de muitas conquistas, em que, de modo geral, houve uma valorização dos servidores, principalmente da administração geral, em relação às melhores condições de trabalho e à adequação salarial".

Entrevista



O procurador-geral do Estado, Hércules Ribeiro Martins, lançou, recentemente, sem alarde, mas já com boa repercussão nacional e no meio acadêmico, uma obra sobre aquecimento global, de posição realçada pelo recorrente tema denominado: Elementos para Concepção do Crédito de Carbono - Aquecimento Global. O assunto deu o Nobel da Paz ao IPCC (Painel Intergovernamental do Clima), órgão da ONU. Confira, nesta entrevista, uma abordagem do livro e a inserção de sua militância ambiental mundo afora.

Dr. Hércules, quando o senhor passou a tratar deste assunto como tema central de sua produção literária?

Há dez anos, aproximadamente, conheci os relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental do Clima) que denunciavam a possibilidade de aquecimento global, com graves conseqüências para a vida do planeta e no planeta, caso as interferências antrópicas não fossem contidas e reduzidas as emissões desenfreadas de CO^2 na atmosfera, com uma política de sustentabilidade. A partir daí, comecei um grupo de pesquisa com o qual apresentamos teses e passamos de observadores para reais militantes. Levamos a discussão aos meios acadêmicos, fizemos palestras e participamos de eventos em universidades e instituições do Brasil, da Europa (Milão, Padova, Veneza, Paris), da América (Nova Yorque, Montreal, Buenos Aires), da África (Kênia), da Ásia (Indonésia), muitas delas no contexto da COP (Conferência da Partes), que é o viés político do órgão da ONU - UNFCCC - para questões climáticas.

Qual foi sua produção intelectual nesse tempo?

Rendeu-me, além de monografias sobre resíduo sólido, florestas em pé e crédito de carbono, as obras: Carbono, MDL - uma composição Sustentável e MDL - elementos para concepção do crédito de carbono - Aquecimento Global.

Qual sua visão para as políticas de mitigação do aquecimento global no Brasil?

O Brasil é um importante País no contexto da discussão e apresentação de soluções para o aquecimento global. Primeiro porque quem criou o MDL - Mecanismos de Desenvolvimento Limpo - foi uma equipe de brasileiros que a enviou para a ONU em forma de proposta, denominada Fundo de Desenvolvimento Limpo, que veio a se transformar em mecanismo. Segundo porque é o vanguardista nos projetos de cooperação para o cumprimento de metas de diminuição de emissões pelo mundo, através dos projetos aqui implantados por este mecanismo.

O que vem a ser MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo?

É o mecanismo apresentado como um flexibilizador das metas de redução de emissões que foram impostas aos países ricos, sob pena de pesadas multas pelo não-cumprimento da redução de poluição de suas fábricas e cidades aos níveis de mento, como o Brasil, por não terem metas, poderão contribuir praticando a mesma política de redução de emissões, mensurá-la em toneladas e vender este crédito aos países que possuem metas.

Isto quer dizer que, além de praticar uma política de sustentabilidade ambiental, o Brasil poderá ainda receber créditos?

Exatamente, e os créditos valem aproximadamente 20 euros por tonelada evitada.

Quais projetos geram créditos?

Inúmeros, mas os que possuem, até o momento, maior dimensão de sucesso são os "case", relacionados à racionalização dos resíduos sólidos (aterros sanitários), florestamento, reflorestamento, substituição de energia fóssil por energia de fonte limpa, entre tantos outros.

Explique como funciona um projeto de aterro sanitário?

É simples. O aterro sanitário a céu aberto produz o gás poluente, chamado metano, que polui, segundo o IPCC, entre 18 e 21 vezes mais que o CO^2. Com a racionalização do lixão, este é abafado por técnicas de engenharia, seu gás fica reprimido a

mados. O CO^2 ainda funciona como combustível para gerar energia elétrica. A redução da poluição que não é lançada na atmosfera é medida e pesada, certificada (com a aprovação da ONU) e vendida, por meio dos títulos denominados CER (Certificados de Emissões Reduzidas).

O que o senhor diz sobre o seqüestro de carbono das florestas?

Atualmente, fala-se muito ainda em Seqüestro de Carbono que é uma das modalidades de crédito de carbono, relacionado com as florestas. Ele, porém, nada mais é do que a captura do CO^2 da atmosfera pelas árvores e plantas, tanto pelo processo de fotossíntese como pelo crescimento delas. É um mecanismo de flexibilização que possibilita manter os padrões de desenvolvimento já exercidos pelo processo produtivo mundial. Esta captura de CO^2, nas florestas dos países em desenvolvimento, é quantificada e medida, e vendida a países desenvolvidos que emitem o gás nocivo e precisam cumprir as metas de compensação já explicadas, para manter suas atividades industriais. Desde 2002 , o seqüestro de carbono não é atividade ambiental eleita para fins de compensação, a não ser por florestamento e reflorestamento de áreas degradadas há mais de 50 anos a primeira e antes de 1990, a segunda.

E o que nós temos feito para, objetivamente, melhorar a política internacional para as florestas?

Com esta ausência de apoio no campo de políticas sustentáveis para as florestas, em face da limitação do seqüestro de carbono, a Delegação Brasileira, da qual fazemos parte, juntamente com a procuradora Ana Keila Martins Barbiero Ribeiro e Haroldo Carneiro Rastoldo, apresentou uma proposta, chamada de posição brasileira, que foi lida pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, em novembro de 2006, no plenário da COP 11, em Nairobi, no Kênia.

um mecanismo voluntário de redução nas emissões de gases de efeito estufa, provenientes do desmatamento, vinculado aos recursos financeiros de um fundo internacional. Este fundo seria composto por doações de dinheiro, feitas voluntariamente por países desenvolvidos.

As recompensas seriam dadas a países com florestas, como o Brasil e a Indonésia, que conseguissem reduzir os índices de desmatamento em relação às taxas de referência. Essas taxas seriam calculadas país a país, com base em índices históricos de períodos predeterminados. O valor das recompensas dependeria do volume de recursos disponível no fundo e da queda efetiva do desmatamento.

Como o Tocantins poderá se incluir neste painel?

Para o Tocantins, é muito importante a proposta, principalmente porque é detentor de grande área de preservação, tanto voluntária como obrigatória. A prosseguir tal mecanismo, haveria incentivo financeiro pela preservação tanto para o Estado como para particulares, a partir de políticas públicas por este implementadas com o recurso repassado pelo fundo. Mas, para isto, deverá ser feito um Inventário Ambiental de cunho institucional que verificará não só as florestas, mas também as políticas públicas e privadas do meio ambiente e a preservação que contribuam para o processo tanto de aquecimento como de redução climática.

Quem faria este inventário?

A administração direta do Governo. No Governo Federal, ficou ao encargo do Ministério da Ciência e Tecnologia, com o apoio do Ministério do Planejamento que, unidos a fundações universitárias e empresas de consultoria, fizeram um belo trabalho.

O que podemos perder se não houver inventário?

Principalmente o bonde da histó-

conta do que contribuímos, se não sabemos como contribuímos e quanto contribuímos para o processo mundial de redução do aquecimento global. Em suma, dinheiro é o que perdemos.

E o carbono neutro?

É apenas um movimento em que cada cidadão que polui pratica uma ação antipoluente, como, por exemplo, plantar uma árvore pela emissão vinda do seu carro a gasolina. As empresas aderiram a este movimento como forma de amainar suas obrigações para com seus lucros. Acho isto uma ilusão. Apenas diminui a culpa, já que a propulsão deste movimento não atingiria um universo demasiado contundente, capaz de trazer sinais de solução para tão grave problema.

O senhor continua na delegação brasileira junto à ONU/COP?

Sim, é tanto que, recentemente, fomos a Bali, na Indonésia, onde discutimos os rumos a serem dados para depois de 2012, na questão climática. Nesta época, serão tomadas as contas das metas a que ficaram obrigados os países ricos.

Concluindo, o Tocantins está no contexto da política global de mitigação de gases tóxicos?

Sim, o governador Marcelo Miranda é um visionário e tem implementado apoio à produção de biogás, biodiesel, etanol e pesquisas. Acho até tímida a divulgação desta vasta política ambiental praticada no Estado, com um *plus* de que toda ela é permeada pela sustentabilidade e equilíbrio social. Eu diria que é o Meio Ambiente mais

Quinta legal

Todas as quintas-feiras, na sede da Aproeto, procuradores e servidores participam de um momento de lazer. Uma turma bastante empolgada se garante no futebol, outra, no ping-pong, sinuca e, claro, num bom papo.

A cada sessão, um procurador se responsabiliza pela guarnição, e aos outros cabem os aperitivos. O interessante é o revezamento feito no preparo da comida e no servir, o que certamente proporciona uma maior interação entre todos.

O presidente da associação, Sérgio do Vale, sempre muito satisfeito com a presença dos colegas, diz que: "aqui é onde realmente a gente se integra".

Saudade

O último novembro foi de muita tristeza para a Procuradoria-Geral, pois, após 13 anos de convívio, **Osório João Worm** *(foto)* deixou o quadro de procuradores, em função de sua morte. Todos da PGE compartilham com sua família a dor, na esperança que Deus os conforte e os fortaleça.

Natal

A confraternização de natal da PGE do ano passado teve um motivo a mais para ser comemorado: a recepção dos novos procuradores que, desde dezembro, integram o quadro de procuradores do Estado. Feliz ao recepcioná-los, Hércules Ribeiro, em nome dos demais colegas, deu as boas-vindas, destacando o clima de união que impera na PGE e endossando que "é a unidade de esforços que fortalece as estruturas de todas as instituições".

13 anos

Os 13 anos de carreira dos procuradores foram marcados com um jantar dançante, organizado pela Aproeto, no Ahãdu , em outubro do ano passado. Todos os presentes – procuradores, servidores e seus familiares - divertiram-se e celebraram os bons momentos vividos durante todo este tempo na PGE.

ANIVERSARIANTES fevereiro

Ana Mayka Costa Ferraz	1
Leila Maria da Silva Santos	6
Osmarino José de Melo	7
Nivair Vieira Borges	17
Adelmo Aires Junior	18
Guido Geraldo Correia Viana	20
Marcos Rodrigues de Sousa	21
Maria de Fátima Neto	21
Mª Fernanda Panno Moromizato	24
Maria Elinda Portilho Ferreira	28

Assembléia Legislativa

É unânime, entre os procuradores do Estado, o reconhecimento do prestígio que a Assembléia Legislativa, por meio do presidente e dos demais deputados, tem lhes dado. A aprovação da PEC, garantindo que o cargo de procurador-geral seja ocupado por um membro de carreira, é um indicativo deste prestígio.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO informa
Órgão de divulgação da Procuradoria-Geral do Estado

Hércules Ribeiro Martins
Procurador-Geral do Estado do Tocantins
Coordenação, edição e textos: Thelma Maranhão 006 DRT/TO)
Colaboração: Raquel Oliveira e Marcos Shake
Revisão: Henriette Motta Arantes
Diagramação: Marco Tullio Tavares